

TEMA LIVRE

PARA ALÉM DAS PLUMAS E PAETÊS: Movimento LGBT no enfrentamento à LGBTfobia no cenário paraense

Elton Santa Brígida do Rozario¹

Resumo: Este trabalho resulta da dissertação de mestrado defendida em 2016, cujo objeto esteve centrado na análise dos processos organizativos dos movimentos LGBT e de suas contribuições para formulação de políticas públicas destinadas ao enfrentamento à LGBTfobia em Belém do Pará. Esta análise é eminentemente histórica e de resgate da memória do movimento LGBT, assim como seu fortalecimento nesta conjuntura contemporânea de retrocesso, esfacelamento da Carta Magna brasileira e da violação à cidadania. É também uma contribuição ao Serviço Social para formação de Assistentes Sociais no que tange à categoria na defesa intransigente dos direitos humanos e na intervenção social fundamentada no Projeto ético-político.

Palavras-chave: Movimentos LGBT; LGBTfobia; Serviço Social.

Introdução

Desde então, a sexualidade humana tem sido tema de grande relevância para a ciência, em que pese tanto sua interdição autoritária quanto sua revalorização no bojo histórico, social e científico. O próprio termo “sexualidade” surgiu tardiamente, no início do século XIX. Todavia, trata-se de um assunto que não deve ser nem subestimado, nem superinterpretado. Pois a ele está vinculado o desenvolvimento dos diversos conhecimentos sobre a reprodução humana, tanto no âmbito individual quanto no social, ambos submetidos a um conjunto de normas e regras que apoiam-se em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas (FOUCAULT, 1984, p.09).

A história nos revela o quanto as relações sociais, imbricadas pelo poder, estiveram subjacentes em se tratando do sexo. O masculino e o feminino constantemente foram determinados pela hierarquização sexual advinda de valores

¹ Assistente Social, Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Serviço Social e políticas públicas pela UFPA. Bolsista CAPES Doutorado. Membro das Comissões de Assistência Social e Direitos Humanos do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-MG). Militante do movimento LGBT.

morais e culturais da sociedade. E ainda, no decorrer das transformações sociais no mundo, novos valores vêm sendo adquiridos e ao mesmo tempo sofrendo alterações.

Para Bourdieu (1999), a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, pois está construída por meio do princípio de divisão entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque tal princípio cria, organiza, expressa o desejo masculino como posse, como dominação erotizada, por outro lado o desejo feminino como anseio da dominação masculina.

Segundo Foucault (2014), o sexo, ao longo de todo o século XIX, parece inscrever-se em dois registros de saberes bem distintos: o primeiro é a biologia da reprodução desenvolvida continuamente conforme uma normativa científica geral e o segundo é a medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas.

A pesquisa debruçou-se sobre a fundamentação teórica apoiando-se no comprometimento com as Ciências Humanas e Sociais críticas e humanistas, as quais vislumbraram a idealização de projeto societário e de enfrentamento a toda e quaisquer forma de opressão de classes sociais, sexismo, heterossexismo, misoginia e racismo. O percurso metodológico foi através da pesquisa qualitativa, assim como a pesquisa documental, observação sistemática, bibliográfica e de campo. No primeiro momento realizamos discussões conceituais acerca de gêneros e sexualidades, na segunda seção com a construção e conquistas, assim como desafios dos movimentos LGBT no Brasil, na última seção é realizada análises historiográficas através da particularidade e memória dos movimentos LGBT de Belém do Pará.

Nesse sentido, realizou-se um diálogo interdisciplinar a partir das Ciências Sociais Aplicadas, especificamente na área do Serviço Social em conjunto com as Ciências Sociais, Antropologia e Direito, no qual efetivamos reflexões analíticas com alguns dos principais autores: Chauí (1985); Facchini (2005; 2008); Bourdieu (1989; 1999); Behring & Boschetti (2008); Foucault (1984; 1988; 2014); Gohn (2004; 2011; 2013); Machado (2007); Prado & Machado (2008); Butler (2015); Montañó & Duriguetto (2010); Gontijo (2009) e Lauretis (1987).

1. Sexo, gênero e (homo) sexualidades

Os gêneros e as expressões da sexualidade estão às amarras das regras do binário masculino e feminino, tão grande é a diferenciação sexual biológica como em

outro dado momento histórico em que a ideologia sexista e o patriarcado detinham a hegemonia do sexo e do poder.

O avanço histórico das reflexões teóricas acerca da sexualidade humana impulsionou a construção de outras subjetividades de gênero e sexo, por exemplo, a manifestação da livre orientação sexual (aqui destaco a diversidade das expressões sexuais e identidades de gêneros: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). Nessa lógica, há a concepção sócio-histórica que desconstrói normatizações e padrões que foram impostos pela dominação do sexo masculino.

Desse modo, gênero, identidade de gênero e sexualidade incluem-se no universo de conhecimento das Ciências Sociais e Humanas e tornam-se elementos essenciais a partir da problematização e investigação que superam interrogativas, ocasionando reflexões empírico-teóricas das subjetividades, além de livre expressão das identidades ao longo da história. Todavia, essa diversidade oriunda de um transcendentalismo histórico, em um dado momento, encontrava-se sob a égide de um único sexo – *o masculino*.

Para Butler (2015), se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como interpretação cultural do sexo, este não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado em um sexo previamente dado (uma concepção jurídica). Há de se designar também o mesmo aparato de produção mediante o qual os próprios sexos são construídos e estabelecidos socialmente.

A história da sexualidade vislumbra e demonstra a hipocrisia das sociedades burguesas, que é forçada a algumas concessões, mas não à permissividade das sexualidades ilegítimas, pois devem incomodar em outro lugar que não seja sob as normas e regras da sexualidade binária masculino-feminino (FOUCAULT, 2014, p 8). O uso do termo sexualidade surgiu não para dar sentido de liberdade ao corpo humano, mas em relação a outros fenômenos sociais, dentre eles: o desenvolvimento de conhecimento e investigação nos diversos campos da ciência, como da Biologia, Psicologia, Sociologia etc.

Segundo Foucault (1988, p. 09), a sexualidade era vista como uma figura de brasão contida, muda e hipócrita. No início do século XVII, as práticas sexuais não procuravam segredos, as palavras eram ditas sem reticências excessivas e as coisas eram demasiadamente sem disfarces. A passagem para o século XIX tem “um crepúsculo que teria à luz meridiana”, isto é, a livre expressão da sexualidade é enquadrada sob o

amparo do conjunto de normas do sexo-gênero para sociedade ocidental. A sexualidade, então, toma novas formas e valores, tornando-se particularidade de duas únicas pessoas de sexos opostos. Surge, assim, a família patriarcal baseada na procriação e hierarquia do sexo, agora a sexualidade tem a mera função de reproduzir.

Foucault (1988, p. 10) também menciona que na questão social estava a família patriarcal, no espaço social de cada grupo familiar estava um único lugar onde a sexualidade era reconhecida como algo útil e fecundado: o quarto dos pais. A esterilidade era vista como demasiada e anormal, pois não trouxera frutos para a humanidade. É relevante ressaltar que a sexualidade humana é reflexo de uma construção social, na qual a conjuntura histórica teve como referência as normas de relações heteronormativas predominantes e, a partir daí, o surgimento da repressão sexual e da estigmatização daqueles que divergem desses padrões.

Considerar a sexualidade dessa maneira implicaria afastar-se de um esquema de pensamento que era então corrente: fazer da sexualidade uma invariante e só porque, se ela assume, nas suas manifestações, formas historicamente singulares, é porque sofre os mecanismos diversos de repressão a que ela se encontra em toda sociedade. Isso equivale a colocar fora do campo histórico o desejo e o sujeito do desejo e instituir que a forma geral de interdição dê conta do que pode haver de histórico na sexualidade (FOUCAULT, 1984, p. 10).

Nesse sentido, a sexualidade, enquanto expressão do campo afetivo-sexual e diversidades sociais, que são impostas por meio da hierarquia sexual, é reduzida ao sexismo ou ao heterossexismo em que o sexismo é uma posição ou uma postura de misoginia, de desprezo frente ao sexo oposto. Já o heterossexismo é a superiorização da heterossexualidade sobre a homossexualidade e as demais orientações, bem como identidades sexuais de gênero (SMIGAY, 2002).

Para Lauretis (1987), as concepções culturais de masculino e feminino são como duas categorias complementares, mas que se excluem mutuamente, conforme os seres humanos classificam suas formas. Embora os significados possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema de sexo-gênero está intimamente interligado a fatores políticos e econômicos da sociedade.

Segundo Lauretis (1987), a ideologia é um *lôcus* extremamente importante para construção do gênero, mas que deve ser entendida como parte de uma totalidade social e não como uma prática ou discurso de repressão e da cruzada antigênero. Contudo, a ideologia do gênero deve ser compreendida e (re) produzida para além, seja

ela uma prática literária ou cultural e, na maioria das vezes, pactuada apenas com o sexo biológico feminino-masculino. É importante refletir sobre a ideologia de gênero, além de adentrar na subjetividade da sexualidade e nas diversas manifestações do gênero-sexo, através da reprodução social, cultural e política da sexualidade humana.

A relação imbricada pela associação classe-sexo-gênero-raça perdura pela construção de que, na conjuntura contemporânea, há necessidade de contestar o histórico de opressão e repressão aos sujeitos que não seguem a heteronormatividade imposta.

Para Bourdieu (1999), em sua obra *A dominação masculina*, a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação porque ela foi construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino ativo e o feminino passivo, pois o desejo masculino como posse domina o feminino subordinado. Eis o poder simbólico no qual os dominados aplicam categorias construídas, do ponto de vista dos dominantes, à relação de dominação, fazendo-a, assim, ser vista como natural.

Bourdieu (1999) defende que a dominação masculina constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser feminino existe primeiro pelo, depois para o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos e atraentes. Delas se espera que sejam “femininas”, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E, nessa lógica, estão aqueles que possuem a personalidade feminina.

No desenvolvimento da sexualidade, determinadas expressões contrárias à heterossexualidade predominante são vistas como anormais e desviantes, pois a hierarquia sexual determina o sexo superior e o inferior e, a partir disso, a construção da repressão. Para Chauí (1985), a repressão sexual pode ser considerada como um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidas histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade, sobretudo a orientação homossexual, a qual é fundamentada em valores culturais que se perpetuam através de dogmas cristãos, culturais e morais.

Esses valores corroboraram para a estigmatização das diferenças sociais, e aqui não ressaltamos apenas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), mas também negros, pessoas com deficiência, indígenas, mulheres, desempregados, crianças e adolescentes, fato pelo qual a diversidade social muitas vezes é vista como algo anormal. No percurso secular de dominação masculina, os movimentos feministas surgem como organizações revolucionárias, colocando em xeque o debate de gênero e sexo. Nesse mesmo contexto de lutas, os sujeitos que se diferenciam da

heterossexualidade normativa se fortalecem através das organizações sociais de enfrentamento à opressão e à violação de direitos por gênero.

Em se tratando de sexualidade humana, a eminência de “tabus” está enraizada em preconceitos que vão desde uma indagação acadêmico-científica, perpassando por violações verbais do senso comum. Nos últimos anos, historiadores e antropólogos “viraram a mesa” na academia: deixaram de fazer a história das elites e medalhões, além de se recusarem a fazer da antropologia a ponta de lança da expansão imperialista. Tornaram-se escribas dos povos sem escrita, tradutores dos anseios das minorias oprimidas, o que não se distancia da formação profissional em Serviço Social e da intervenção nas expressões sociais da questão social (MOTT, 1998, p. 07).

Das expressões da sexualidade humana emergem inúmeras facetas acerca do saber do sexo e da questão de gênero. Nessa perspectiva, o tradicionalismo predominante da heterossexualidade vem perdendo suas influências normativas e seu espaço na sociedade contemporânea, expressando a sexualidade como um direito humano a partir do avanço e da emergência dos movimentos LGBT no enfrentamento à repressão de gênero e à identidade de gênero.

Na sexualidade humana, enquanto expressão do ego e dos desejos, estão as várias formas de expressão do sexo. Neste sentido, a homossexualidade torna-se algo diferente e sua construção é realizada por um conjunto de fatores culturais, sociais e ideológicos. Por essa ótica, a homossexualidade, enquanto manifestação da sexualidade é uma construção social no que tange ao processo histórico da sociedade, pois sua formação tem, em suma, variadas características passíveis de mudanças no tempo e no espaço, seja na subjetividade sexual ou na percepção daqueles que estão de fora.

2. LGBTfobia e a resistência política no Brasil

A luta dos movimentos sociais LGBT no enfrentamento às opressões no Brasil é anterior à Constituição Federal de 1988. A história nos remete a um processo democrático recente, todavia o conjunto de elementos de violações de direitos aos sujeitos LGBT é anterior à contemporaneidade.

Para Prado e Machado (2008, p. 88), o surgimento dos movimentos pela livre orientação sexual brasileira teve influências internacionais. Esses movimentos são divididos em três momentos: o primeiro refere-se ao surgimento das diversas organizações e personalidades em países europeus, do século XVIII, torna-se mais nítido no século XIX e

se encerra no início do século XX. O segundo refere-se aos movimentos homófilos², o qual se inicia após a II Guerra Mundial e termina na Revolta de *Stonewall Riots*. Já o terceiro refere-se especificamente aos movimentos que integram a fase atual contemporânea surgida após o ano de 1969.

Segundo Prado e Machado (2008, p. 88), a fase internacional pós-1969 é conhecida por muitos autores e militantes como “*Gay Liberation*” ou “*Liberção Gay*”, de certa forma torna-se o *boom* das lutas sociais LGBT no cenário mundial. Essa fase é conhecida como o “embrião” dos movimentos LGBT no mundo, pois a formação dessas organizações exigiu coragem, criatividade e liberdade em uma lógica cultural de padrões morais da sexualidade (PRADO & MACHADO, 2008, p. 89).

No contexto brasileiro, a organização dos movimentos encontrava-se em realidades diferentes do contexto global, a militância deparava-se com uma realidade repressiva e autoritária, reflexos da ditadura militar a partir de meados do século XX. Para Rodrigues (2004, p. 174), no Brasil, depois dos anos 1970, começava a despertar o movimento ‘gay’ – alguns artistas e notáveis de renome nacional assumem timidamente sua condição de homossexuais, defendendo o que a comunidade norte-americana chamou de ‘outing’, isto é, o “sair do armário” e enfrentar os preconceitos sociais. Caetano Veloso, antecipando-se aos acontecimentos, em 1968, provocava escândalo cantando a música “É proibido proibir”.

Prado e Machado (2008, p. 86) enfatizam que os movimentos sociais que surgem após a abertura política na América Latina desenvolveram culturas políticas pluralistas as quais transcendem a política institucional e as concepções de cidadania e democracia formais garantidas por meio das instituições também formais.

De acordo com Prado e Machado (2008, p. 114), a história do movimento LGBT brasileiro apresenta-se em três fases distintas: a primeira “onda” destaca-se com o *Jornal Lampião da esquina* e o *Grupo Somos*; a segunda “onda” será fortemente relacionada ao surgimento da epidemia da AIDS nos anos de 1980; e a terceira “onda” com o fortalecimento e a proliferação dos movimentos sociais homoafetivos a partir da década de 1990.

Os movimentos LGBT brasileiros surgidos em fins do século XX tiveram como marco histórico-político grandes influências do contexto internacional de

² Segundo Machado e Prado (2008) o termo Homófilo era usado para designar as relações homoafetivas entre pessoas do mesmo sexo, ao invés de utilizar o termo “homossexual” na Europa, pois o uso dessa palavra enfatiza mais amor entre pessoas do mesmo sexo do que simplesmente os comportamentos sexuais.

mobilização, especificamente dos movimentos LGBT norte-americanos que num fato histórico de violação de direitos tiveram como protagonistas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, vítimas de uma gama de preconceitos, violências, discriminações, agressões físicas e psicológicas.

A partir da década de 1970, os Movimentos LGBT apresentaram determinada conjuntura acentuando uma série de planejamentos de combate a inúmeras violências e a relatos de homicídios sofridos por pessoas que fugiam de uma regra moral elencada na heterossexualidade normativa, aludindo, então, um cronograma de atividades, pautas e bandeiras de lutas em busca de Políticas Públicas. Nesse contexto, a principal bandeira de luta era a exclusão da homossexualidade como doença na Organização Mundial de Saúde, no entanto os movimentos deparavam-se com um Estado autoritário e militar, que dificultava a própria militância e que, ao mesmo tempo, davam-lhes fôlego para o fortalecimento dos militantes e a consolidação das primeiras organizações LGBT na América Latina, dentre esses países, o Brasil.

Já segundo Facchini (2003), a trajetória do surgimento do movimento homossexual ao movimento LGBT no Brasil, para fins analíticos, divide-se em três momentos: o primeiro corresponde ao surgimento e expansão do movimento durante o período da abertura política; o segundo corresponde a meados de 1980, coincidindo com o regime democrático e o surgimento da AIDS, a chamada “peste gay”; o terceiro, a partir do início da década de 1990, com reflorescimento do movimento LGBT, enfrentamento à proliferação da AIDS e às novas formas de associativismo, fortalecidos com o passar dos anos 2000.

No contexto nacional do movimento LGBT, surgiu no Rio de Janeiro, o Jornal *Lampião da Esquina*³, no final da década de 1970, e publicado em diversas cidades, tornando-se referência para as lutas contra a homofobia no Brasil. Destinado ao público LGBT, os exemplares traziam consigo uma linguagem acessível, muitas vezes irônica e rica, com uma variedade de discussões e exposições. Estão entre eles debates, artigos, entrevistas e denúncias, para além de uma visão pornográfica na qual os LGBT eram taxados como sujeitos anormais e desviantes. Encerrou com sua última publicação em 1981, às vésperas da redemocratização e da construção da Constituição de 1988 do Brasil.

³ Jornal *Lampião da Esquina* foi uma das primeiras grandes publicações destinadas ao público homossexual no Brasil. O Movimento gay de Minas/MGM disponibiliza em seu acervo algumas edições do *Lampião da Esquina* para consultas. Disponível em <http://www.mgm.org.br/portal/modules.php?name=News&file=article&sid=94>.

A partir da década de 1980, os movimentos sociais em geral, com as novas configurações em meio à sociedade e ao Estado. Cristalizam-se, assim, ideias via projetos com o objetivo de possibilitar o diálogo entre militância e Estado.

Para a sociedade globalizada, a discussão acerca dos direitos humanos no âmbito mundial se refaz. No que tange aos direitos sexuais para a população LGBT e à luta dos movimentos sociais LGBT do início da década de 1980, no Brasil, ocorreu a reconstrução das bandeiras de luta brasileira pela liberdade. A partir da livre orientação sexual, da liberdade de identidade de gênero, da construção de ideal pautado na cidadania LGBT e em princípios da dignidade humana, ressalta-se como o grande desafio dos movimentos sociais nacionais e internacionais a primeira luta simbólica e histórica, a qual se dá no final da década de 1980. Depois da Assembleia Mundial da Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), quando se retirou o conceito de homossexualidade da classificação internacional das doenças (CID), há, então, a conquista pioneira das bandeiras de lutas LGBT.

Destaca-se, a partir da década de 1990, uma efervescência do movimento LGBT, isto é, apresenta-se ao cenário de um Estado democrático. Essas manifestações passam a expandir-se em todo Brasil e surge um movimento heterogêneo, cuja diversidade baseia-se na pluralidade intrínseca ao LGBT. Surgem, ainda, Associações que se apoiam na própria diversidade homoafetiva, segmentando e fortalecendo as bandeiras de luta.

Quanto ao histórico dos movimentos LGBT no estado do Pará, apesar dos limites de acesso aos acervos bibliográficos e à produção científica na discussão dessa temática, buscamos extrair ao máximo o debate dos demais teóricos que ressaltam a peculiaridade nesse estado.

3. Movimentos LGBT em Belém-Pa: lutar, resistir e conquistar

Em uma análise de conjuntura acerca do movimento LGBT paraense e do movimento em nível nacional, pode-se afirmar que, em Belém, configurava-se de forma particularizada um processo de construção enraizado por manifestações culturais e artísticas, que o diferencia da perspectiva nacional. Tal movimento buscava um novo processo de unificação e de pautas hegemônicas através da nova conjuntura política a partir da redemocratização brasileira, todavia a concentração e a visibilidade cresciam em torno de específicas localidades centrais, assim como em determinadas regiões do

Brasil, pois concentrava-se nas regiões sudeste, sul, centro-oeste e em alguma parte do nordeste.

O processo de organização e mobilização do movimento LGBT no município de Belém esteve intimamente ligado à manifestação popular denominada “As filhas da Chiquita”. Essas ações aconteceram no período que antecedeu tanto à Constituição Federal de 1988, com sua abertura política, quanto aos novos formatos e sociabilidade dos movimentos sociais LGBT, a partir do final da década de 1980.

Segundo Simões e Facchini (2009), o primeiro Grupo LGBT brasileiro, o SOMOS, assume-se no emblemático ano de 1978, em plena repressão ditatorial, reunindo militantes e estudantes da Universidade de São Paulo – USP, em um processo veloz e de progressivo crescimento. Outros trabalhos (FACCHINI, 2005; PRADO & MACHADO, 2008) demonstram que o celeiro e a origem desse movimento no Brasil se deram a partir da região sudeste, especificamente em São Paulo e regiões adjacentes.

Nesse mesmo momento da história, o movimento Homossexual de Belém se construía por outro viés, por uma conjuntura que se diferenciava da realidade da região sul, sudeste e nordeste do Brasil. Nessa ocasião, os primeiros ensaios de construção do movimento LGBT paraense partia da manifestação sociocultural conhecida como “Festa da Chiquita” surgida em 1975, já mencionada neste trabalho, que, além de manifestação cultural por causa da festa religiosa da sociedade do Pará, o Círio de N. Sa. de Nazaré, também corroborou para construção do movimento LGBT paraense contemporâneo.

O processo sócio-histórico dos movimentos sociais LGBT do município de Belém tem como elemento determinante o marco da democracia brasileira, construído desde a Constituição Federal de 1988. Tal processo reflete a nova conjuntura democrática que o país estava vivenciando e tornou-se força motriz para um novo momento da sociedade civil organizada através da participação social, organização social e lutas sociais na construção de políticas públicas.

No período pós-democratização, o movimento LGBT belenense teve sua gênese no Movimento Homossexual de Belém (MHB) criado entre o final dos anos de 1980 e início dos anos 1990. Com isso, onstituido-se um marco histórico para o movimento LGBT eum símbolo de luta contra a homofobia. O MHB surgiu a partir de um grupo de gays organizados que sentiram a necessidade de associarem-se politicamente com objetivo de criar estratégias de enfrentamento a um conjunto de violações de direitos aos cidadãos LGBT’s, através de várias formas de violências (física, simbólica e psicológica), opressões e homicídios.

No início da década de 1990, o MHB não tinha apoio de nenhuma instituição ou grupo social, principalmente por parte do governo do estado. O Movimento realizava reuniões em uma sala cedida provisoriamente pelo Partido Popular Socialista (PPS), na travessa Apinagés, mas um número significativo de militantes homossexuais reclamava do difícil acesso ao local, devido às constantes agressões e assaltos (BELÉM, p. 205, 2003). No processo histórico da organização e mobilização do movimento LGBT de Belém, em consonância com o movimento LGBT brasileiro, foram realizadas três Conferências nacionais e estaduais paraense.

A I Conferência LGBT do Estado do Pará foi realizada na capital de 10 a 12 de abril de 2008, com a apresentação do Programa Pará sem Homofobia. Posteriormente, ocorreu a II Conferência realizada em maio de 2011. Em seguida, a III Conferência que aconteceu de 4 a 6 de março de 2016.

As Conferências LGBT paraense tornaram-se referência para o marco da construção de Políticas Públicas de enfrentamento à LGBTfobia e às estratégias de organização do movimento LGBT. A partir desses eventos, o movimento construiu mecanismos não apenas de crítica à gestão do poder executivo e legislativo, mas possibilitou a unificação do movimento através do diálogo, do fortalecimento do controle social e das políticas públicas LGBT's. Assim, tornou-se possível firmar avanços no Conselho de Políticas, Conselho Estadual do Pará da Diversidade Sexual (CEDS) e Conselho Nacional de Combate de Discriminação LGBT (CNCDDL/LGBT).

3.1 Festa da Chiquita e movimento LGBT: onde tudo começou

A festa da Chiquita tem imbricada em sua origem o cerne da construção histórica do movimento LGBT em Belém:

... Tendo como referência uma fala muito difundida entre os participantes da Festa da Chiquita, de que esta seria “a primeira parada gay do mundo”, proponho também que se pense na Chiquita a partir das interlocuções que se faz com o Movimento LGBT do Estado do Pará, visto que nos últimos anos este ajuda na organização da Festa e na obtenção de recursos para sua realização, assim como no diálogo que mantém com os órgãos de segurança pública, por conta da organização da Parada do Orgulho LGBT da capital paraense pelo Movimento (FILHO, p. 18, 2012).

Para Filho (2012), iniciada entre os anos de 1975 e 1976, com o nome de “Festa da Maria Chiquita”, ela reunia um grupo de boêmios, intelectuais, acadêmicos,

artistas, jornalistas, fotógrafos, curiosos, etc. No entanto, era apenas um bloco carnavalesco que, a partir de 1978, ano em que a festa foi transferida para o sábado da Trasladação⁴ e devido às mudanças na estrutura e organização, a Chiquita transformou-se em um dos eventos não religiosos que fazem parte do calendário de comemorações religiosas do Círio de Nazaré.

Entretanto, no período que antecede o processo de organização do movimento LGBT, a partir da Constituição Federal de 1988, em nível nacional e como expressão da região amazônica, especial em Belém do Pará, temos a histórica manifestação cultural, política e social: *As filhas da Chiquita*.

Ao idelizar a manifestação e festa LGBT mais antiga da cidade de Belém, *As Filhas da Chiquita*⁵, depois de meados da década de 1970, surgia o embrião dos movimentos sociais LGBT paraense. Seu aparecimento emanava irreverência e miscigenação entre o religioso e o profano. O que era uma simples e grande homenagem ao Círio de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira paraense, tornava-se, então, o “grito dos excluídos”.

De acordo com o Documentário (2006), estavam presentes nessa manifestação: prostitutas, mendigos, lésbicas, gays, travestis e transexuais (LGBT), negros etc. Essa era a oportunidade da sociedade marginalizada adquirir visibilidade enquanto cidadãos de direitos, e nada mais melhor, que na maior manifestação católica do mundo - *o Círio de Nazaré* - a qual despertava a indignação dos homoafetivos paraenses pela exclusão dogmática, provocando a mobilização através da reação de enfrentamento ao preconceito e discriminação homofóbica.

A festa da Chiquita se inicia como um bloco de carnaval na década de 1970 e tem como uma das principais referências a música de Caetano Veloso, “As filhas da chiquita”, em um período de repressões, intolerância e governos ditatoriais. Foi fomentada pelos grupos de gays da associação carnavalesca de Belém com posicionamento de enfrentamento à intolerância da igreja e do Estado repressor. Nesse contexto, os grupos utilizavam o bar do Parque na Praça da República como ponto de encontro.

⁴ Ritual católico que compõe a celebração e de calendário oficial do Círio de Nossa Senhora de Nazaré de Belém do Pará, ocorre anualmente às vésperas da do segundo domingo do mês de outubro dia que ocorre a manifestação oficial de cada ano.

⁵ Documentários as Filhas da Chiquita disponibilizados em: http://www.youtube.com/watch?v=7Cu_mt2SXBc.



Figura 01: O cantor e ativista cultural-LGBT é o atual organizador da Festa da Chiquita, a festa ocorre após a passagem da imagem de Nossa Senhora de Nazaré. Ao fundo devotos e a multidão LGBT. Fonte: fotografia de Thiago Araújo/Jornal Diário do Pará. In: <https://www.diarioonline.com.br/noticias/cirio/537164/hoje-12-c-dia-de-divar-na-chiquita>.

No início da manifestação na década de 1970, foi criado o prêmio “Veado de Ouro”, que consistia na miniatura de um veado dourado entregue a personalidades LGBT e a cidadãos que faziam parte da conjuntura de enfrentamento à homofobia em Belém. A premiação (troféu) surgiu depois de intensos conflitos com o jornalista Oliveira Bastos, pois ele dissertava diversas críticas, de cunho intolerante e homofóbico à manifestação.

Após o surgimento dessa manifestação, entre as décadas de 1980 e 1990, com a efervescência dos movimentos sociais brasileiros, o estado do Pará avançou sob influências de mobilização LGBT na região norte. Os movimentos LGBT de Belém foram construídos a partir da conjuntura de enfrentamento à homofobia, contribuindo para o planejamento de “As Filhas da Chiquita”. Esse contexto de visibilidade de forças e lutas sociais, direcionado pela divulgação da cultura LGBT paraense, através de apresentações artísticas, performances e serviços de prevenção à saúde dos LGBT, objetiva as várias facetas do enfrentamento à homofobia. Em 2004, a Festa da Chiquita foi tombada como patrimônio cultural brasileiro, bem como parte do Círio de Nazaré

que recebeu o mesmo título pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (IPHAN)⁶.



Figura 02: A irreverência e brilho das resistências LGBT conduzida pela Festa da Chiquita em Belém do Pará. Fonte: fotografia de Felipe Pereira/UOL. In: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/10/13/festa-da-chiquita-o-baile-gays-e-trans-no-meio-da-maior-procissao-do-pais.htm>.

Em Belém do Pará, as organizações Somos e a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT)⁷ influenciaram o modelo seguido por dezenas de entidades e organizações. Nesse processo de mobilização social brasileira, destacam-se os movimentos LGBT da região paraense, dentre eles os principais⁸ surgidos a partir da década de 1990: o Movimento LGBT, o Grupo de Homossexuais do Pará (GHP), ONG COR (Cidadania, Orgulho e Respeito), Grupo Pela Livre Orientação Sexual (APOLO) e o Grupo de Travestis e Transexuais de Belém (GRETТА), OLIVIA, ELLOS e ENTRE ELES.

Movimento	Histórico	Institucionalização	Temática de Origem
Movimento Homossexual de Belém – MHB	Belém/1990 – extinto	Sim	Cidadania homossexual

⁶ Dossiê IPHAN I Círio de Nazaré que oficializa o tombamento da Festa da Chiquita enquanto patrimônio cultural nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=725>.

⁷ Somos e ABGLT foram os grupos pioneiros de enfrentamento à homofobia na sociedade brasileira.

⁸ O mapeamento dos movimentos sociais LGBT's em Belém foi realizado a partir de pesquisa documental e de campo no período de agosto a novembro de 2015.

APOLO	Belém/2002 – extinto	Sim	Cidadania LGBT
1 - Grupo de Homossexuais do Pará (GHP)	Belém/2001	Sim	Prevenção e Política de saúde DSTs/AIDS
2 - Cidadania, Orgulho e Respeito (COR)	Belém/2004	Sim	Cidadania LGBT
3 - Grupo de Travestis e Transexuais da Amazônia (GRETTA)	Belém/2004	Sim	Cidadania para Travestis e Transexuais
4 – Olivia	Belém/2011	Não	Política LGBT
5 – ELLOS	Belém/2010	Não	Saúde LGBT
6 – Entre Eles	Mosqueiro/Belém/2012	Não	Cidadania LGBT

QUADRO 1 – Caracterização histórica dos movimentos sociais LGBT de Belém do Pará
 Fonte: ROZARIO, Elton Santa Brígida. Pesquisa de campo e coleta de dados (abril/2015).

O quadro acima descreve os movimentos LGBT que foram identificados a partir da pesquisa de campo, isto é, a partir do universo da delimitação do objeto de pesquisa. E neste sentido destacaram-se os seis (6) movimentos atuantes e mais dois (2) que foram extintos, com maior destaque ao MHB que foi o primeiro movimento LGBT organizado da história do Estado do Pará.

Atualmente o GHP é o grupo mais antigo na atuação do enfrentamento à LGBTfobia e violações LGBT em Belém do Pará, e por este movimento destacaremos um breve histórico dos dezoito (18) anos de sua existência.

O Grupo Homossexual do Pará (GHP) foi fundado no dia 24 de setembro de 2001, com a finalidade de educar, prevenir as DST-AIDS e lutar pelos direitos humanos LGBT. O GHP foi criado a partir do Treinamento do Projeto SOMOS, que teve como meta fortalecer e organizar entidades de Gays, Lésbicas e Transgêneros, para promover e construir uma sociedade que respeite a diversidade sexual. O grupo está vinculado a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) e a rede Amazon de ONG's GLT (Gays, Lésbicas e Transgêneros).

Neste curto espaço de tempo que o grupo existe, conseguiram afirmar na sociedade e nos fazermos conhecidos na comunidade homossexual, assim como realizar anualmente as Paradas LGBT no Pará, juntamente com outras entidades que defendem o mesmo ideal, temos parceria com a iniciativa privada como: saunas, boates, bares de frequência deste público, com a esfera governamental como: coordenação municipal e estadual de DST/AIDS, assembleia legislativa, câmara municipal, com a sociedade civil através de ONG que trabalham com a defesa dos direitos humanos, instituições de ensino superior e médio.

Os movimentos vêm sofrendo constantes críticas por parte da própria militância LGBT e são problematizações internas recentes no que diz respeito à imparcialidade e inferências político-partidárias. Esses elementos interferem na autonomia dos movimentos, uma vez que a maioria dos grupos participam de programas governamentais e possuem afinidades com determinados partidos políticos e governos. O maior desafio dos movimentos LGBT está na estrutura de formação, independência e olhar crítico referentes às políticas públicas.

Mantendo a ênfase na implementação de políticas públicas para a população LGBT brasileira, podemos assinalar que “a despeito dos avanços recentes nas iniciativas governamentais, observa-se que nunca se teve tanto e o que há é praticamente nada.” (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012, p. 403). Isto é, as recentes tentativas de consolidação das políticas de enfrentamento à LGBTfobia têm se revelado como um campo minado de contradições, concessões, avanços e retrocessos nos diversos circuitos, seja o da institucionalização das primeiras políticas públicas LGBT ou o da arena de disputas políticas na sociedade civil que reverberam na fragilidade do atual formato institucionalizado dessas políticas.

Foi no Governo Lula, a partir de 2004, que o poder executivo passou a demonstrar maior receptividade ao movimento, assegurando diversos direitos através do pioneirismo de seis iniciativas, a saber: a criação do Programa Brasil sem Homofobia (PBSH) em 2004; a realização da I Conferência Nacional LGBT, em 2008; o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, em 2009; a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH III), em 2009; a criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, em 2010; e a implantação do Conselho Nacional LGBT, em 2010.

Na I Conferência LGBT, lá estava novamente a presença do poder executivo federal, os movimentos LGBT brasileiros foram fortalecidos no cenário nacional?

E com o “brilho” de um acontecimento inédito no mundo todo, pois, nunca houve algo deste tipo em nenhum país, e a presença do ‘presidente pop-star’ (Lula) na abertura, que surgiu sob gritos frenéticos e fez questão de colocar o boné da ABGLT e segurar a bandeira do arco-íris, iniciou-se a inédita conferência. O ineditismo e as 2.000 pessoas que transitaram pela conferência deixaram “um ar” de “agora vai”, mas preocupa-nos o cenário de “país das maravilhas”. Afinal, seria o Lula e o governo neoliberal do PT, o pote atrás do arco-íris? (IRINEU & RAFAEL, 2008, p. 121).

A atual Política Pública destinada para os cidadãos LGBT's brasileiros destaca-se por sua construção uma vez que, historicamente, o Estado jamais tinha dado um salto emancipador no sentido de criar políticas para uma livre orientação sexual. Tais iniciativas se consolidaram a partir dos anos 2000.

No dias atuais, os movimentos LGBT encontram-se no seio de uma nova reestruturação da sociedade e de mecanismos do Estado neoliberal brasileiro, além de uma conjuntura de lutas sociais. E, neste bojo de contradições do Estado democrático de direito e de violações dos direitos já conquistados, a sociedade civil organizada é a expressão concreta da manifestação democrática e popular.

E dessa maneira, indagamos: até que ponto os movimentos possuíam ou possuem autonomia, houve interferência partidária em Belém e no âmbito nacional sob os ditames do neoliberalismo? A pesquisa de campo em Belém através da aplicação de treze (13) entrevistas semi-estruturada identificamos que todas as pessoas militantes e ativistas possuíam filiação partidária ou aproximação com tais partidos. Majoritariamente partidos de esquerda: PT, PC do B e PSOL mas também identificamos partido de direita: PSDB e PPS.

Segundo Filho (2012), as reflexões acerca da Festa da Chiquita possibilitam uma análise crítica a partir das interlocuções com o Movimento LGBT do estado do Pará, visto que nos últimos anos este ajuda na organização da Festa e na obtenção de recursos para sua realização, assim como no diálogo que mantém com os órgãos de segurança pública, por conta da organização da Parada do Orgulho LGBT na capital paraense.

Neste sentido, a festa da Chiquita é considerada:

...Como fruto de reivindicação e afirmação política de sujeitos homoeróticos que tomam a Praça da República assim que passa a Trasladação em direção à Catedral Metropolitana de Belém, tudo isso envolto numa atmosfera onde a noite representa um papel importante por: permitir que as travestis, *drag-queens*, transexuais, lésbicas, gays, bissexuais e outros “carnavalizem” suas performances em plena noite de sábado, antes do domingo do Círio, no mês de outubro, no centro de Belém; contestar o “anonimato relativo” das sexualidades dissidentes, visto que, atualmente, o exagero faz parte da festa; e estabelecer um caminho de respeito e dignidade ao promover durante a festa os prêmios “Veado de Ouro”, “Botina de Prata”, “Amigo da Chiquita” e “A Rainha do Círio” (FILHO, 2007, p. 19).

Para chegar à contextualização atual dos movimentos LGBT de Belém, portanto, deve-se passar pela origem das manifestações desse movimento. Dessa forma,

não poderíamos falar de movimento LGBT na capital paraense, no século XXI, sem ressaltar a profícua reflexão acerca da Festa da Chiquita e sua importância elementar para tal análise. Esse processo sócio-histórico e político da origem e construção do movimento nos permite adentrar no universo particular de tal investigação social com minuciosa precisão metodológica.

Considerações finais

A visibilidade do movimento LGBT foi alicerçada nas históricas bandeiras de lutas de enfrentamento à LGBTfobia, por um processo identitário, e na construção da cidadania para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

O marco das lutas e da participação LGBT não se deu em um momento específico da história, mas está circunscrito em um processo social, histórico, cultural, simbólico, público e privado, que se constrói pela objetividade, subjetividade e sociabilidade humana. A análise sobre a participação do movimento LGBT na elaboração de políticas públicas se revela desafiadora, no sentido que a incipiência no tema deixou lacunas para avançar em posteriores pesquisas e indagações acadêmicas.

O desafio desse trabalho demonstrou a relevância da pesquisa em torno do universo acadêmico e político de tal maneira que, nos dias atuais, as políticas públicas LGBT estão diretamente vinculadas aos movimentos LGBT, por suas lutas e práticas de controle social. Outro destaque foi a realização das entrevistas junto ao movimento, pois foram encontros e desencontros desmarcados e remarcados várias vezes. Todavia, a finalização da pesquisa de campo foi extremamente grandiosa pela receptividade e disponibilidade d@s sujeit@s sociais envolvid@s, que não hesitaram em contribuir e elogiar a temática explorada.

A pesquisa se debruçou pelo mapeamento dos movimentos LGBT pertencentes ao município de Belém, com base em procedimentos metodológicos em que o “fio condutor” do campo foi marcado pelas mobilizações, dentre elas encontros, seminários e reuniões. Um campo diverso e heterogêneo, no qual perpassa profundas autocríticas do próprio movimento, principalmente no tocante à sua segmentação e à “sopa de letrinhas”, conjuntura essa que ao mesmo tempo espraia as lutas LGBT e pode fragilizá-las através da segmentação e das divergências ideológicas dos movimentos.

A construção de uma sociedade mais justa e sem qualquer tipo de discriminação, seja racial, infantil, de gênero, de desigualdade social entre outras,

é um desafio para toda sociedade civil organizada, categorias de profissionais do Serviço Social e demais áreas que fazem parte dessa reflexão acerca da LGBTfobia e estão sob a perspectiva de uma sociedade democrática e de direitos.

É notório se ressaltar que esta pesquisa não esgota a reflexão acadêmica, mas são os primeiros passos para que possamos ter fôlego a fim de aprofundarmos nessa discussão para além dos muros da universidade e quiçá rumo à erradicação do fenômeno social da LGBTfobia na sociedade brasileira.

Segundo Marco Aurélio Prado e Sônia Côrrea (2018, p. 444), desde 2013, o Brasil vem reproduzindo a ofensiva *antigênero*, reflexo de uma onda transnacional liderada por grupos extremistas de católicos e evangélicos que, através do discurso da “ideologia de gênero” e em defesa da família patriarcal, violam os direitos das mulheres, da população LGBT, atacando todas as pautas democráticas que incidem sobre a sexualidade, identidades de gênero, aborto e lutas correlatas.

O atual cenário de contradições do Estado democrático assim como os retrocessos reacionários na sociedade brasileira é legitimado pelo governo federal. Identificamos cotidianamente discursos e práticas de ódio, reverberados por uma das principais pastas, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sob a liderança da Ministra Damares Alves que, desde sua entrada na atual gestão de um chefe de Estado declarado misógino, racista e LGBTfóbico, enfatizou: “[na] nova era no Brasil, meninas vestem rosa e meninos vestem azul”. Em abril de 2019 houve extinção do CNCD/LGBT, comprometendo todas as conquistas do movimento LGBT, no construto de políticas públicas no Brasil no enfrentamento às opressões da diversidade sexual, gêneros e identidades de gêneros.

Referências

BELÉM. Secretaria de Municipal de Assuntos Jurídicos – SEMAJ. **Direitos Humanos: opção política e construção da cidadania em Belém**. Belém: SEMAJ, 2003.

BEHRING, Elaine Rosseti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 4º Ed, vol 2, São Paulo: Cortez, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria helena Kuhner – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Maria helena Kuhner – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORRILLO, Daniel. **HOMOFOBIA: História e crítica de um preconceito**. Tradução: Guilherme Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, p. 1-31, 2004. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf> acesso em 05/03/13.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual: essa nossa (dês) conhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico**. São Paulo, 2003.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras: mulheres, (homo) sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo**. 2008. 323 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – São Paulo.

FILHO, Milton Ribeiro da Silva. et al. **A Filha da Chiquita Bacana: uma etnografia da Festa da Chiquita em Belém do Pará**. 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012, Águas de Lindóia-SP. Anais eletrônicos... Águas de Lindóia: SBS, 2012. Disponível em:

<http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8229&Itemid=76>. Acesso em: 20 fev. 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, São Paulo, 2014

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

GONTIJO, Fabiano. **O rei momo e o arco-íris: homossexualidade e carnaval no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GREENVISION. **As Filhas da Chiquita**. Dir. Priscilla Brasil. Documentário, 52 min., cor, Brasil, 2006.

IRINEU, Bruna Andrade; RAFAEL, Josily Carrijo. Homossexualidades e políticas públicas em tempos de neoliberalismo: retratos do movimento LGBTT no Brasil do governo Lula. **Cadernos de Serviço Social**. Revista da Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas, Campinas SP, Ano XVII, n.320-33, p. 97-125, 2008.

LAURETIS, Teresa. **A tecnologia do gênero**. 1987. Disponível em: <marcoareliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

MACHADO, Frederico Viana. **Muito além do arco-íris: a constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado**. 2007. 274 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**. n.39, p. 403-429. Campinas/SP, UNICAMP, mai/ago. 2012.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTT, Luis. **Escravidão, Homossexualidade e Demonologia**. São Paulo: Ícone, 1998.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; CORRÊA, Sônia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia política**. vol. 18. nº 43. p. 444-448, Porto Alegre-RS, 2018

RODRIGUES, Humberto. **O amor entre iguais**. São Paulo: Mythos, 2004.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SMIGAY, Karen Ellen. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n.11, p. 32-46, 2002. Disponível em: <www.pucminas.br/imagedb/documento>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BEYOND FEATHERS AND PAETES: LGBT movement to fight LGBT phobia in the Pará scenario

Abstract: This work results from the master's dissertation defended in 2016, whose object was focused on the analysis of the organizational processes of LGBT movements and their contributions to the formulation of public policies aimed at confronting LGBT phobia in Belém do Pará. An eminently historical analysis and memory retrieval LGBT movement, as well as its strengthening in this contemporary conjuncture of current retrogression, crumbling of the Brazilian charter and violation of citizenship. A contribution to Social Work for the training of Social Workers regarding the category in the uncompromising defense of human rights and social intervention based on the Ethical-Political Project.

Keywords: LGBT's movements. LGBTphobia. Social service.

Recebido: 13/01/2020

Aceito: 08/05/2020

The logo for the journal 'REBEH' features the word 'REBEH' in a bold, black, sans-serif font. The letters are partially overlaid by a vibrant, multi-colored ribbon that swirls and loops around the text. The colors include shades of red, orange, yellow, green, and blue. The background of the logo area is a light purple with a subtle, repeating geometric pattern.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DA HOMOCULTURA